

Projeto de Lei nº. 4.203 de 2001
(Do Poder Executivo)

EMENDA DE PLENÁRIO Nº
(Do Sr.)

2 (Plenário)

Acrescente-se ao final do parágrafo único do art. 415 do Código de Processo Penal a expressão **“salvo quando esta for a única tese defensiva”**, passando o dispositivo a adotar a seguinte redação:

“Art. 415.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV ao caso de inimizabilidade do art. 26, caput, do Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva.”

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o art. 415, “O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: I - provada a inexistência do fato; II - provado não ser ele autor do fato; III - o fato não constituir infração penal; IV - demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.” O redação dada ao parágrafo único, exclui a possibilidade de aplicação de sentença absolutória pelo juiz quando se tratar de caso da inimizabilidade absoluta (caput do art. 26 do Código Penal), situação na qual será aplicada medida de segurança. Porém, nas hipóteses em que a defesa estiver fundada outra tese, além da inimizabilidade, caberá ao Tribunal do Júri decidir se acolhe ou não essa outra tese defensiva.

O acréscimo da parte final ao parágrafo único do art. 415 (“salvo quando esta for a única tese defensiva”) atende melhor ao princípio da ampla defesa e da soberania dos veredictos do júri, permitindo que seja submetido ao Tribunal do Júri todas as teses sustentadas durante a fase de pronúncia.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 2007.

[Assinatura]

[Assinatura]
Bla...
2007

[Assinatura]
Dep Edmilson Valentim
Pcdob 125